



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Navegantes - SC**

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)**

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

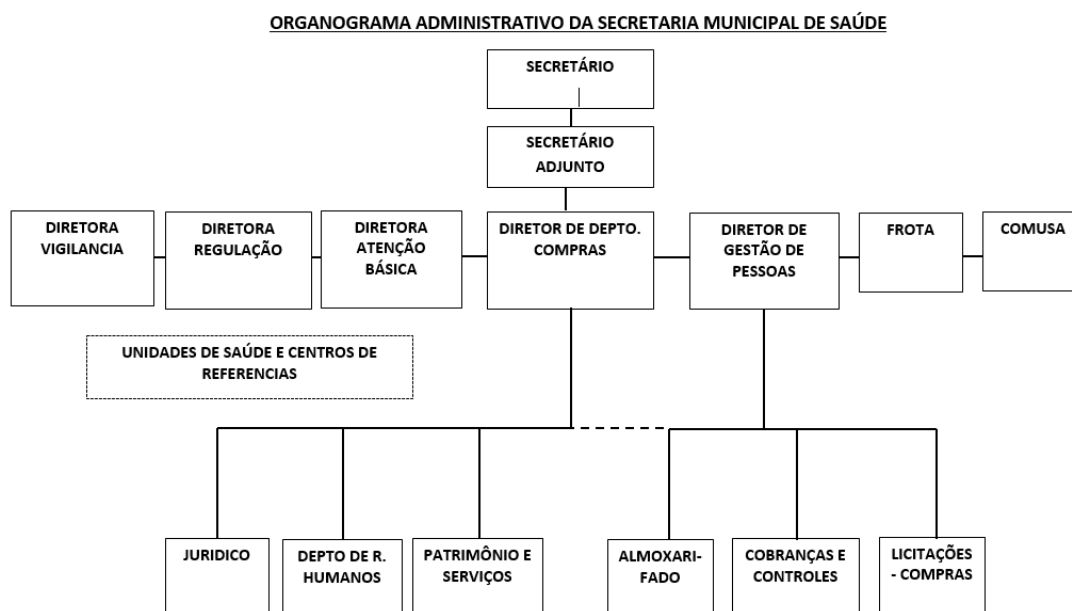
a) Informações Gerais:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES
CNPJ:	11.474.080/0001-33
Endereço:	Rua Vereador Nereu Liberato Nunes, 150
Telefone:	(47) 3185-2299
E-mail:	saude.administracao@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo/Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	Emílio Vieira	716.701.659-49	Prefeito	2017-2020	Ata de posse	-	Rua Orlando Ferreira, 1217	gabinete@navegantes.sc.gov.br
Gestor/Secretário	Alcídio Reis Pera	601.906.399-20	Secretário de Saúde	-	Portaria 814 de 10/03/2017	-	Av. Prefeito Cirino Adolfo Cabral, 935	saude.administracao@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei 931 de 21/11/1991 – Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução			Diferenças		
Cód	Programa	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
25.07.10.301.0049	Serviços de Saúde	Não mensurado	31.688.747,25	Não mensurado	30.523.840,72	Não mensurado	Não mensurado	1.164.906,53	3,68%
25.05.10.301.0039	Saúde Bucal	Não mensurado	403.480,00	Não mensurado	365.381,71	Não mensurado	Não mensurado	38.098,29	9,44%
25.05.10.301.0041	Atenção Básica	Não mensurado	3.977.136,00	Não mensurado	3.325.174,95	Não mensurado	Não mensurado	651.961,05	16,39%
25.05.10.301.0050	Estratégia Saúde da Família	Não mensurado	2.789.044,00	Não mensurado	2.700.469,15	Não mensurado	Não mensurado	88.574,85	3,18%
25.06.10.303.0048	Farmácia Básica do Município	Não mensurado	903.802,00	Não mensurado	806.772,76	Não mensurado	Não mensurado	97.029,24	10,74%
25.08.10.301.0047	Infraestrutura em Saúde	Não mensurado	2.701.184,00	Não mensurado	155.585,30	Não mensurado	Não mensurado	2.545.598,70	94,24%
25.09.10.302.0038	Centro de Especialidades Odontológicas	Não mensurado	110.900,00	Não mensurado	61.307,64	Não mensurado	Não mensurado	49.592,36	44,72%
25.09.10.302.0040	Atenção Especializada	Não mensurado	268.520,00	Não mensurado	28.300,00	Não mensurado	Não mensurado	240.220,00	89,46%
25.09.10.302.0042	Saúde da Mulher e do Homem	Não mensurado	20.700,00	Não mensurado	20.067,55	Não mensurado	Não mensurado	632,45	3,06%
25.09.10.302.0046	Atenção Ambulatorial e Hospitalar	Não mensurado	4.560.443,00	Não mensurado	3.311.762,68	Não mensurado	Não mensurado	1.248.680,32	27,38%
25.09.10.302.0052	SAMU	Não mensurado	263.028,00	Não mensurado	221.073,30	Não mensurado	Não mensurado	41.954,70	15,95%
25.09.10.302.0053	Centro de Atenção Psicossocial	Não mensurado	267.601,00	Não mensurado	218.461,06	Não mensurado	Não mensurado	49.139,94	18,36%
25.09.10.302.0054	Centro de Especialidade Médicas	Não mensurado	134.180,00	Não mensurado	134.108,59	Não mensurado	Não mensurado	71,41	0,05%
25.09.10.302.0102	Atendimento Hospitalar	Não mensurado	2.579.100,00	Não mensurado	489.214,47	Não mensurado	Não mensurado	2.089.885,53	81,03%
25.10.10.304.0043	Vigilância Sanitária	Não mensurado	519.604,00	Não mensurado	430.888,95	Não mensurado	Não mensurado	88.715,05	17,07%
25.10.10.305.0044	Centro de Vigilância Epidemiológica	Não mensurado	181.248,00	Não mensurado	133.259,92	Não mensurado	Não mensurado	47.988,08	26,48%
25.10.10.305.0045	Centro de Controle de Zoonoses	Não mensurado	210.600,00	Não mensurado	148.633,37	Não mensurado	Não mensurado	61.966,63	29,42%
25.10.10.305.0051	Programa DST / AIDS	Não mensurado	94.100,00	Não mensurado	80.059,20	Não mensurado	Não mensurado	14.040,80	14,92%
		Não mensurado	51.673.417,25	Não mensurado	43.154.361,32	Não mensurado	Não mensurado	8.519.055,93	

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.			

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento
Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.		

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

a) Restos a Pagar Processados

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Fornecedor	Motivos
0001379/10	SAUDE	Despesa não realizada
0001496/12	HORIZONTE, GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP	Credor não encontrado
0001611/10	ITAOX-COM TRANSP GASES INDS LTDA	Credor não encontrado
0001733/16	ELIANA ROMÃO	Credor não encontrado
0002034/10	BANCO DO BRASIL S.A	Despesa não realizada
0002171/10	INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	Despesa não realizada
0002297/10	GORETE BORGES	Credor não encontrado
0000212/16	EQUIBRASIL LTDA	Despesa não realizada
0000264/16	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA FOZ	Serviço não executado
0001036/16	EQUIBRASIL LTDA	Despesa não realizada

b) Restos a Pagar Não Processados

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Fornecedor	Motivos
0000902/16	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME	Despesa não realizada.
0000903/16	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME	Despesa não realizada.
0002502/16	INSTITUTO DE SAUDE E EDUCACAO VIDA	Serviço não executado.
TOTAL		

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários,

discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA			
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, etc.)	Valor Anual Transferido
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES	Contribuição	Termo de Parceria	R\$ 41.110,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) **Recomendações expedidas e providências adotadas:**

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendamos, ao Secretário de Saúde (Gestor) que institua a comissão para efetuar o cálculo da previsão de demanda dos medicamentos como forma a minimizar as carências constatadas nas farmácias e consequente demandas judiciais buscando, se possível, informações sobre o mapeamento de quais tipos de medicamentos são mais utilizados por família, por região e a quantidade exata que foi dispensada, contribuindo desta forma, para um posterior mapeamento das necessidades do município.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Foi instituída Comissão de Farmácia e Terapêutica onde incluía farmacêuticos, médicos e enfermeiros afim de revisar e atualizar a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), de acordo com a demanda judicial do município e dispensação de medicamentos, esta já foi aprovada pelo Promotor no mês de outubro/2017, tendo vigência a partir de 2018.	Realizado o Pregão Presencial 76/2017, o qual está em fase de aprovação de certificados de Registros da ANVISA, a nova listagem estará efetivamente sendo disponibilizada para a população após homologação e adjudicação do processo licitatório.
Adquirir Equipamentos de Informática - Considerando a ausência de equipamentos de informática para que o sistema contratado seja efetivamente implantado no município, recomendamos que a Secretaria de Saúde agilize o processo de aquisição dos equipamentos como forma de minimizar a ineficiência no controle de estoque de medicamentos.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Foram adquiridos 108 computadores no ano de 2017, com a finalidade de implantação efetiva do sistema contratado.	Controle de estoque com apuração mais próxima ao real, maximizando a eficiência das dispensações e utilização do sistema contratado.
Promover a utilização do Sistema Informatizado - Promover o registro analítico das dispensações de medicamentos em sistema informatizado de forma a identificar	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	É necessário por parte dos servidores do estabelecimento manter a baixa no sistema afim de dispensar para cada	Controle de estoque com apuração mais próxima ao real, maximizando a eficiência das dispensações e utilização

o paciente, seus dados pessoais, perfis etc. de forma a promover o controle, a economicidade e o combate às fraudes, bem como para servir de base de informações úteis para o planejamento das ações voltadas não só a gestão de medicamentos, como também para a gestão da saúde pública municipal como um todo.			paciente, desta forma ficando registrado o histórico de consumo do paciente, e manter um estoque correto, para isso, um comunicado foi distribuído, indicando a necessidade de uma correta inserção de informações no momento da dispensação.	do sistema contratado, assim como a identificação do paciente que retira o medicamento.
Implementar Controle de Estoque Efetivo - Proceder quando da realização do inventário, a elaboração de relatórios, e, na ocorrência de discrepâncias, o acerto no sistema CELK, apresentando as justificativas e possíveis responsabilizações. Seguir criteriosamente os critérios de controle de estoque, devendo os medicamentos serem conferidos e lançados no sistema de estoque assim que recebidos na UBS, de modo a não incorrer erros conforme mencionado no relatório. Porém, deve adequar o ambiente da farmácia com restrição de acesso, equipamentos e demais itens viáveis a segurança farmacêutica.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Medidas foram tomadas pela Secretaria de Saúde afim de melhorar o processo da dispensação como a aquisição e instalação dos equipamentos (computadores), entretanto vale ressaltar que é necessário que os servidores façam este processo rotineiramente, conforme comunicado enviado, para não incorrer em erros ao realizar a emissão de relatórios.	Controle de estoque com apuração mais próxima ao real, maximizando a eficiência das dispensações e utilização do sistema contratado, assim como minimização do índice de erros e divergências entre os relatórios emitidos e o estoque real.
Inclusão de Responsável Técnico - Recomendamos que a Secretaria da Saúde disponibilize responsável técnico em cada farmácia, durante todo o período de dispensação, com certificado de responsabilidade técnica concedido pelo Conselho	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Há um farmacêutico, responsável técnico de acordo com a legislação, presente durante a dispensação de medicamentos na farmácia central, planejando-se ainda	De acordo com escala realizada, há sempre um responsável técnico disponível no momento da dispensação de medicamentos na Farmácia Central.

Regional de Farmácia, conforme art. 15, da Lei nº 5.991/73, § 1º, inciso II, do art. 61, da Lei nº 6.320/83, art. 53, da Lei nº 6.360/76 e item 1.1, que trata da administração e informações gerais da Resolução nº 328/99, da ANVISA.			a descentralização da farmácia central, ou seja, criar farmácias satélites em determinadas regiões (Centro, Interior, Gravatá, Machados) com farmacêutico e todos os medicamentos que o município disponibiliza	
Evitar Estoques Excessivos - Verificar a real necessidade do excessivo estoque de medicamentos, disponibilizado ao SAMU. Constatamos que a baixa de estoque no sistema não é efetuada de forma regular, acarretando distorções de dados, sendo necessária a dispensação de acordo com os critérios de controle de estoque.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	A farmacêutica do almoxarifado faz mensalmente visita nas unidades a fim de verificar estoque e remanejamentos, sendo ainda planejadas visitas com mais frequência a fim de realizar a contagem dos medicamentos para conflitar com os dados constantes nos relatórios.	Controle de estoque com apuração mais próxima ao real, maximizando a eficiência das dispensações e utilização do sistema contratado, assim como minimização do índice de erros e divergências entre os relatórios emitidos e o estoque real.
Adequação dos Ambientes das UBS's - Os ambientes destinados as farmácias nas UBS's e farmácia central, precisam ser adequados as normas da vigilância sanitária, com a manutenção de temperatura adequada a boa conservação dos medicamentos com janelas teladas para evitar o acesso de insetos.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	As adequações foram realizadas sendo disponibilizados equipamentos para verificação da temperatura adequada das farmácias.	As adequações foram realizadas sendo disponibilizados equipamentos para verificação da temperatura adequada das farmácias.
Descartar Corretamente os Medicamentos Vencidos - Efetuar a correta destinação dos materiais vencidos, sendo que os mesmos apresentam riscos de contaminação e radiação e a responsabilidade	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Os medicamentos vencidos são recolhidos por uma empresa terceirizada para que seja feito o descarte correto.	Não há medicamento vencido no almoxarifado, já que o recolhimento foi feito por empresa especializada e há controle pelo sistema da CELK ao realizar o

sanitária sobre estes materiais é do município.				lançamento da alidade do produto.
Apurar Recebimento/Guarda Indevidos de Medicamentos - Apurar a forma que os materiais provenientes de outro município foram estocados no almoxarifado central, verificar a legalidade com a responsabilização a quem deu causa.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	Os itens que constavam no almoxarifado (materiais de hemodiálise) sendo de outro município havia sido doação conforme contato com o Secretário de Saúde na época, este já destinado a entidade com uso destes materiais.	Não há material de outro município no Almoxarifado Central, sem a devida autorização ou legalidade.
Desenvolver Mecanismos de Comunicação - No sentido de abastecer da forma eficiente a rede pública de saúde, cabe à Secretaria de Saúde desenvolver mecanismos de comunicação que permitam a troca de informações a respeito dos motivos de fornecimento dos medicamentos em quantitativos menores aos requeridos, bem como dos prazos de regularização do abastecimento da rede pública, nos casos de falta de medicamentos.	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria Municipal de Saúde	O sistema CELK permite o envio de mensagens a fim comunicação entre os serviços/servidores, sendo de competência do servidor que necessita de algum tipo de medicamento ou material, que realize o contato através do meio disponibilizado.	A Secretaria de Saúde disponibilizou mecanismo de comunicação para melhor eficiência no serviço prestado.

b) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:

1) dados da entidade parceira (nome e CNPJ); ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES – CNPJ 04.572.977/0001-34.
2) âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);
Âmbito da promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99, conforme o inciso IV do artigo 3º.

3) regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);

A regulamentação de contratação de obras e serviços está determinada nos anexos do Termo de Colaboração firmado.

b) informações sobre o termo de parceria:

1) nº e data da celebração; 002/2017 de 05/10/2017

2) forma de escolha da unidade parceira: DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO;

3) objeto: A COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES COM A FINALIDADE DE REALIZAR ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR MÓVEL NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TRANSPORTE INTERHOSPITALAR, COMBATE A INCÊNDIO E SALVAMENTO AQUÁTICO.

4) unidade jurisdicionada parceira; ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES – CNPJ 04.572.977/0001-34

5) período de vigência (início e fim); de 05/10/2017 a 04/10/2018

6) valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade); R\$ 246.840,00

c) valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ);

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES – CNPJ 04.572.977/0001-34

11/10/2017 – R\$ 20.540,00

20/12/2017 – R\$ 20.570,00

d) avaliação dos resultados obtidos com a parceria:

1) identificação da entidade parceira (nome e CNPJ): ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES – CNPJ 04.572.977/0001-34

2) demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira (nome de identificação do indicador, fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição;

Conforme relatório indicado às fls. 19-23 do Termo de Colaboração firmado, demonstra-se a média de atendimentos realizados entre os anos de 2016 e 2017, não sendo possível determinar indicador, tendo em vista a imprevisibilidade de ocorrência de acidentes e atendimentos, sendo portanto, estabelecido que a meta seja de acordo com a demanda mensal, quando da vigência do referido Termo de Colaboração.

3) aferição dos resultados do indicador (meta do exercício (pactuada, realizada, percentual de realização); percentual de realização da meta de exercícios anteriores;

Fica prejudicada a meta do exercício pactuada, tendo em vista a imprevisibilidade citada no item anterior, contudo, a aferição dos resultados está sendo realizada pelo Gestor da Parceria.

4) análise dos indicadores definidos no termo de parceria, demonstrando se os objetivos estabelecidos com a parceira foram atingidos e em que medida."

De acordo com os relatórios apresentados em prestações de contas, há atendimento da demanda municipal em sua totalidade, quando o acionamento do serviço é realizado, atingindo assim os objetivos estabelecidos com a parceria.

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

ALCÍDIO REIS PERA
Secretário Municipal de Saúde